
Promoção e Critérios de Rentabilização do Acesso a Bases de Dados

MARIA DE LOURDES SIRGADO GANHO

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

UM dos índices de desenvolvimento dos países muito industrializados é, sem dúvida alguma, a atenção dada aos sistemas de informação em geral, e isto no que diz respeito à sua criação, desenvolvimento e exploração otimizada.

A época em que vivemos — pós-industrial — é, indubitavelmente, a época da informação. Se assim é, então, a informação assume um valor cultural e mesmo civilizacional.

Podemos afirmar, sem margem de erro, que quem detém a informação — e esta é uma forma de saber — detém, simultaneamente, o poder. A informação é, de facto, uma forma de poder, veja-se, por exemplo, a preocupação dos EUA, no que toca à política científica e tecnológica para a informação quando, ao definir os

princípios pelos quais essa política se rege, por um lado, procura «[...] promover uma contínua inovação no sector da tecnologia da informação» e, por outro lado, «[...] restringir o acesso dos países de Este às informações técnicas»¹.

Não é paradoxal esta formulação de princípios. Antes vem exactamente mostrar que a informação é uma forma concreta de aceleração de desenvolvimento. Nesse sentido, ela é um «bem público» e como tal merece que sobre ela se exerça a nossa meditação.

Com efeito, os sistemas de informação constituem-se a todos os níveis, na medida em que ela está presente também a todos os níveis. Pense-se, por exemplo, em termos macro-económicos, quanto dispense uma organização em actividades de tratamento de informação — os valo-

res podem situar-se, conforme os casos, entre 27 e 89 por cento².

No que concerne às ciências documentais podemos, também, numa aproximação sistémica, pensar no seu sistema de informação.

Porém, convém, desde já, que nos detenhamos nestes conceitos de sistemas e de informação, com o objectivo de deles estabelecer a significação. Assim sendo, entende-se por sistema um conjunto de elementos que de uma forma dinâmica dependem reciprocamente uns dos outros, de modo a formarem um todo organizado e que, portanto, apresentam uma lógica ou coerência própria, inter-agindo.

Um dos índices de desenvolvimento dos países muito industrializados é, sem dúvida alguma, a atenção dada aos sistemas de informação em geral, e isto no que diz respeito à sua criação, desenvolvimento e exploração optimizante.

Entende-se por informação, etimologicamente, como a acção de dar forma; no seu sentido corrente, enquanto acto de transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, a informação está presente em todos os níveis de comunicação entre os homens, desde o mais elementar ao mais complexo.

— A expressão sistema ou sistemas de informação diz respeito, então, ao

modo como os conhecimentos são transmitidos, organizados com uma intenção teleológica, ou seja, em função de determinados objectivos, ou finalidades a atingir. Mais concretamente, entende-se por sistema de informação a disponibilidade permanente da informação ao longo de uma determinada cadeia logística que vai do produtor ao consumidor ou utilizador³.

A Função Documental no Seio de um Organismo

A função documental, considerada enquanto sistema, pode ser explicada e descrita, num primeiro momento, no sentido lógico e não cronológico, como uma estrutura fechada, como possuindo uma significação que lhe é imanente. Estamos perante uma espécie de movimento centrípeto, tentação inevitável e compreensível de qualquer ciência que ao constituir-se enquanto tal tem de assegurar o seu objecto. E, contudo, ela constitui-se como sistema no interior de um sistema mais vasto que a compreende e que, portanto, a coloca como sub-sistema em relação ao primeiro. No interior de um organismo ela posiciona-se numa relação interactiva — recebe informação específica do exterior e devolve ao exterior essa informação «digerida», isto é, tratada segundo critérios que dependem simultaneamente dela enquanto sistema — competência técnica ao

nível da função documental — e que dependem do organismo, dado que este último deve identificar quais as áreas prioritárias que devem ser trabalhadas. De certo modo, e tomando como paradigma o binómio forma-matéria, podemos avançar a tese que quanto à natureza do conteúdo (matéria) será o organismo, tomado no seu todo, e em função da sua estratégia, que deve tomar a decisão; quanto ao domínio da forma — momento da aplicação das técnicas documentais — está-se a fazer a articulação do sub-sistema função documental. Então, se assim é, um CDI, por exemplo, tem a seu cargo a formulação de objectivos, de programas a realizar, mas sempre a partir de um compromisso, uma espécie de movimento de vaivém, entre o próprio CDI e a sua tutela, e isto tomando em linha de conta dois factores:

1. os endógenos — que caracterizam o seu meio institucional e onde se determinam a natureza e a dimensão das acções a levar a cabo, onde se avalia a capacidade de adaptar a informação a uma procura que evolui sem cessar;
2. os exógenos — a que corresponde o duplo meio da instituição e que é tipificado pelo meio administrativo, político e sócio-cultural no qual um CDI forçosamente evolui, por exemplo, inserção do serviço em

redes de informação sectoriais, nacionais ou internacionais⁴.

Temos, então, aqui presentes dois interfaces: a função documental como sub-sistema do organismo e que, portanto, deve funcionar em sintonia com a estratégia deste; a função documental, numa interacção que escapa ao organismo, mas que faz parte *de jure* da própria organização sistémica da função documental, ou seja, a relação não hierarquizada mas horizontal que estabelece com outros sistemas documentais.

Entende-se por sistema um conjunto de elementos que de uma forma dinâmica dependem reciprocamente uns dos outros, de modo a formarem um todo organizado e que, portanto, apresentam uma lógica ou coerência própria, inter-agindo.

A necessidade de prestar atenção a esta última articulação de tipo horizontal vem dada pela relevância do contacto, sempre rico, sempre renovado, das trocas de experiência. É evidente que nestas trocas de experiência são os serviços mais bem apetrechados tecnologicamente e mais bem explorados, que menos ganham nessa interacção. Contudo, não se deve colocar a tónica na relação quantitativa (determinação imediatista do mais ou menos ganho)

mas na relação qualitativa, ou seja, enriquecimento mútuo pela troca ainda que desigual de experiências, as quais, de *per se* são sempre diferentes e obrigam a pensar muitas vezes em soluções diferentes.

Ligada a estes dois aspectos, no âmbito dos sub-sistemas documentais, está a análise custo-benefício, que não deve ser feita apenas em termos quantitativos mas sobretudo qualitativamente.

As Bases de Dados no Seio da Função Documental

No que diz respeito à criação, utilização e exploração de uma base de dados, é à luz de uma análise custo-benefício, centrada na qualidade, que a questão se deve colocar. Por exemplo, é qualitativamente que se deve tratar do acesso em linha a uma base de dados, na medida em que trazem consigo custos elevados⁵; é qualitativamente que se deve colocar o problema de aderir e fazer parte de uma base de dados em que a troca de informação é, por vezes, e quase sempre, assimétrica quantitativamente. Há, então, que superar esta lógica do mais ou menos, particularista, imediatista e sem horizonte, para enveredar, decididamente, pela lógica do «bem comum», superior ao «bem particular» de cada um, até porque numa espécie de movimento de *boomerang*, em qualquer momento, pelo conceito de disponibili-

dade de informação, que será tematizado mais adiante, esse «bem comum» é colocado ao serviço do «bem particular». É esta, parece-me, ao nível de uma justificação teórica, a dinâmica da constituição de uma base de dados nacionais, tipificada, para o caso das ciências documentais em Portugal pela PORBASE.

No que diz respeito à criação, utilização e exploração de uma base de dados, é à luz de uma análise custo-benefício, centrada na qualidade, que a questão se deve colocar.

De facto, a criação e a utilização de bases de dados — recurso que cada vez se afirma mais como precioso instrumento de trabalho do documentalista — é algo absolutamente necessário, dadas as exigências actuais do modo de acesso à informação, pelas noções de disponibilidade, pertinência, eficácia e rapidez de resposta. Mas, para além disso, uma base de dados põe à disposição uma diversidade de dados, com pontos de vista diferentes sobre a mesma questão, permitindo aceder a um conteúdo documental tão variado que, simultaneamente, possibilita que se adquira uma visão aberta e ampla dos conhecimentos relativos a um determinado domínio.

A ideia de promoção relativamente às bases de dados passa, exac-

tamente, em meu entender, por uma análise custo-benefício deste tipo. Aliado a este aspecto está também a sua rentabilização, que está relacionada com a compreensão da determinação dos perfis de potenciais utilizadores, de que, por exemplo, a cooperação com os países de língua portuguesa é um caso a ter em linha de conta.

De uma forma conclusiva, no que se refere a este parágrafo, podemos dizer que a função documental deve ser sempre compreendida como estrutura aberta, que mantém uma relação de tipo vertical com a sua tutela, assegurando uma sintonia sem a qual não é, verdadeiramente, eficaz e, além disso, estabelece uma relação horizontal com o seu próprio domínio que lhe permite adquirir um *know how* que lhe é imprescindível. Este um critério eficaz, pragmático, para uma boa informação, necessidade cada vez mais premente e comum a todas as instituições. Nesse sentido, colocamos neste momento a questão das novas tecnologias, aspecto que irá ser objecto de análise no próximo parágrafo.

A Função Documental e as Novas Tecnologias

Podemos interrogar-nos agora acerca daquilo que é o nível de competência da função documental, ou seja, qual a sua tarefa no seio do organismo em que está integrada?

Fundamentalmente, as técnicas documentais têm por objectivo a organização e coordenação de documentos e sua difusão. Nesse sentido, a documentação é um meio que estabelece uma comunicação: permite contactar com outras ideias e conhecimentos, saber o que outros organismos estão a fazer no campo do interessado ou em domínios afins, permite poupar esforços pela via da não repetição do já feito.

A função documental deve ser sempre compreendida como estrutura aberta, que mantém uma relação de tipo vertical com a sua tutela, assegurando uma sintonia sem a qual não é, verdadeiramente, eficaz e, além disso, estabelece uma relação horizontal com o seu próprio domínio que lhe permite adquirir um *know how* que lhe é imprescindível.

Mas, então, o que é que se deve pedir à função documental? Fundamentalmente quatro aspectos:

1. Especialização — ou seja, ser capaz de identificar, a partir do carácter do organismo em que está inserida, da determinação prévia dos elementos necessários, as áreas a trabalhar prioritariamente, as acessórias e de reconhecer aquelas que se devem desprezar;

2. Fiabilidade — isto é, o aspecto que aponta para a noção de justo tempo; de aliança entre rapidez e pertinência, que cimenta a confiança no sistema;
3. Disponibilidade — que tem como objectivo a aliança capacidade-tempo, de tal modo que o sub-sistema função documental mantém actualizadas e disponíveis, para os outros sub-sistemas do organismo e com vista a uma tomada eventual de decisão, as informações referentes ao organismo e ao seu meio institucional, de tal modo que tem a possibilidade de colocar ao seu dispor a informação adequada, com o menor ruído possível e no mais curto espaço de tempo;
4. Compatibilidade — num mundo caracterizado pela relação a vários níveis, e para assegurar a sobrevivência de um organismo no seio do seu meio institucional, deve pensar-se previamente a compatibilidade, a qual permite a sua integração harmoniosa. A integração, por sua vez, caracteriza-se como sendo a organização de diferentes tipos de operações que dizem respeito a determinada área, de modo a religá-los mediante um sistema de informação uniforme⁶.

Estes quatro elementos, relacionados entre si, colocam o problema da

qualidade de um sistema documental.

Esta questão da qualidade, entretanto, diz-nos que a informação, actualmente, para responder ao que dela se espera, deve estar apoiada numa boa exploração dos recursos tecnológicos ao seu dispor. E aqui surge uma tensão — este apoio como que «obriga» a função documental a evoluir, muitas vezes pressionada pelo desafio dessas mesmas tecnologias, dos novos materiais de suporte, que exigem novas competências profissionais.

A documentação é um meio que estabelece uma comunicação: permite contactar com outras ideias e conhecimentos, saber o que outros organismos estão a fazer no campo do interessado ou em domínios afins, permite poupar esforços pela via da não repetição do já feito.

Quando nos referimos aos quatro factores a que a função documental deve responder, e ao centrarmos-nos no exemplo de criação ou utilização de bases de dados, as quais possibilitam uma resposta a novas necessidades de informação, encontramos perante uma outra atitude, em que já não se pede a documentação de um modo tradicional, mas exige-se antes uma disponibilidade actualizada permanentemente de informação especializada e personalizada.

No que se refere ao utilizador, este também tem uma palavra a dizer, pois, por outras vias, também entra em contacto com as novas tecnologias, sente novas necessidades e exige novos produtos documentais, que implicam um outro nível de operatividade.

A informação, actualmente, para responder ao que dela se espera, deve estar apoiada numa boa exploração dos recursos tecnológicos ao seu dispor.

Ao documentalista, hoje, pede-se que preste atenção, simultaneamente, a estes vectores — sempre em mudança e que são sinal de evolução — que ao limite inter-agem e criam uma dinâmica diferente, determinando em grande parte a função documental. A inovação tecnológica — que permite o aceder ou o criar bases de dados — de facto, acaba por alterar as relações de força, abre perspectivas a novas actividades, cria também novas necessidades.

Porém, deve ficar bem claro que a qualidade da informação não depende apenas da qualidade dos equipamentos, dos dados, ou mesmo dos documentalistas, mas, *a priori*, depende fundamentalmente da qualidade da estrutura da função documental, concebida como sub-sistema de um sistema que engloba, que lhe dita directrizes de actuação. Com-

pete, então, à função documental acolher os elementos acima mencionados, enquanto alinhados por objectivos a atingir, a fim de servir eficazmente o organismo e o meio.

No âmbito de um organismo, o pedido de prestação de informação está submetido a variações permanentes, tanto quantitativa como qualitativamente. Tal variação pode depender de diferentes factores. Por exemplo, quando há inovação em determinado domínio é certo que logo surge o pedido de informação especializada a esse propósito⁷. O documentalista, tanto quanto possível, numa atitude de antecipação, deve estar atento a tal facto.

A inovação tecnológica — que permite o aceder ou o criar bases de dados — de facto, acaba por alterar as relações de força, abre perspectivas a novas actividades, cria também novas necessidades.

De qualquer modo, e à maneira de conclusão acerca do conteúdo deste parágrafo, devemos destacar o facto de as novas tecnologias obrigarem a uma reorganização do sistema documental, com vista à realização de um nível mais elevado de prestação de serviços, pois só assim se gere melhor, se obtêm vantagens competitivas, se acresce a qualidade. Para tal objectivo deve o documentalista estar preparado.

3. A Mudança Cultural no Mundo da Documentação

A uma mudança de tipo tecnológico tem de corresponder uma mudança de tipo cultural — para novos valores, nova atitude cultural, essa a dinâmica da mudança. E, no entanto, já dizia Aristóteles, o hábito é uma segunda natureza. É, precisamente, a esta mudança que o documentalista, hoje, está sujeito; ele tem forçosamente de se adaptar por via de múltiplas pressões que tem de aguentar — por um lado, as pressões dos novos suportes da informação, por outro lado, a pressão dos utilizadores.

Devemos destacar o facto de as novas tecnologias obrigarem a uma reorganização do sistema documental, com vista à realização de um nível mais elevado de prestação de serviços, pois só assim se gere melhor, se obtêm vantagens competitivas, se acresce a qualidade.

Esta dupla articulação coloca, de facto, ao documentalista, a questão de ter de se preparar adentro de uma outra concepção do que é o seu mundo de trabalho. As novas tecnologias modificam as fronteiras entre as ciências e nesse sentido também a ciência documental é afectada.

Porém, é a não adaptação às novas exigências e a não criação de novas

competências, por outras palavras, é a reacção à mudança, que conduz a ciência da documentação a uma crise. Crise, etimologicamente, significa ruptura. Podemos ler a ruptura de uma dupla maneira: ruptura com as novas tecnologias e é a morte da ciência documental; ruptura controlada com o modo tradicional de conceber a tarefa da documentalografia, o avançar para outros produtos documentais e é a potencialização da ciência da documentação, a sua valorização real, efectiva, no seio de uma sociedade cada vez mais «informacional». É aqui que se joga a imagem do documentalista: ou aceita o desafio (risco) e sai vitorioso, ou a sua acção deixa de ter sentido, sendo marginalizado e subalternizado. É esta «má imagem», que por vezes é imposta do exterior ao documentalista, que este tem de *desconstruir*, e isto é possível se houver uma reflexão inicial sobre a totalidade dos aspectos em jogo e o modo como se relacionam, ou seja, proceder a uma avaliação real da situação seguida da sua máxima potencialização.

É a não adaptação às novas exigências e a não criação de novas competências, por outras palavras, é a reacção à mudança, que conduz a ciência da documentação a uma crise.

Aproximação sistémica relativamente à função documental, contem-

plando profissionalmente novas áreas que até há pouco não eram suas — explorador das novas tecnologias pelo trabalho de investigação, pela apresentação de novos produtos.

Notas

¹ Yves le COADIC, «Une politique scientifique pour l'information», *Documentaliste* (Paris) 26 (2), 1989, p. 62.

Nesta citação, a expressão «países de Este» refere-se à Europa de Leste

² Henrique Teles MARCELINO; Artur Ferreira da SILVA; Felipe GOMEZ-PALLETE, *Renovação empresarial através das tecnologias da informação. As empresas ibéricas e a concorrência no contexto da integração na CEE*. Junho, 1987 (estudo dactilografado).

³ Cf. H. STABENAU, «La logistique et les technologies d'information. Les besoins et la

nature des transports», *Les Ressources pour le Transport de Demain*. Bruxelles, CEMI, 1988, p. 455 e segs.

⁴ G. ADDA, «La fonction de direction dans un service de documentation», *Documentaliste* (Paris) 24 (6), 1987, p. 243 e segs.

⁵ Cf. Gabriela Lopes da SILVA, «A utilização de sistemas de informação em linha em Portugal», *A Informação em Tempo de Mudança*. Porto, 1985, p. 175 e segs.

⁶ Cf. Christiane VOLANT, «Approche systématique et fonction information-documentation», *Documentaliste* (Paris) 22 (4-5) 1985, p. 143 e segs.

⁷ Reportando-me ao sector dos transportes e sendo o organismo em que trabalho essencialmente vocacionado para a política e economia dos transportes é natural e desejável que comecem a aparecer pedidos de informação bibliográfica relativos aos estudos conducentes à proibição do transporte individual na área urbana de Milão, do mesmo modo que também se pode prever que, conseqüentemente a esta medida, se produzam estudos de impacto.